

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ENTIDADE: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOCOCA

1- Da Instituição:

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa, entidade civil de direito privado, filantrópica, de fins não lucrativos, conta atualmente com 145 leitos ativos, através dos quais presta relevantes serviços de assistência a população do município e região, até mesmo do Estado de Minas Gerais. Ressalte-se que é o único hospital do município, gozando de alto conceito junto à sociedade em função da qualidade dos serviços prestados, sendo referência regional.

No ano de 2017, destinou a maior parte da sua capacidade operativa, cerca de 76,15% aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

O hospital realizou 27.840 atendimentos (pacientes dia) sendo 21.202 destinados ao SUS.

Isto ajuda a explicar a dificuldade em equilibrar o orçamento, já que a Tabela do Sistema Único de Saúde não sofre reajuste há anos (último foi em 1996), remunerando os serviços com valores muito aquém da realidade. Tomando como referência o IGP-M do FGV, a inflação acumulada nestes últimos vinte e um anos foi de 431,14%. Nenhum segmento, seja do comércio, indústria ou serviço consegue manter-se no mercado com semelhante prática.

Para ilustrar a argumentação acima, basta citar que a verba repassada pelo SUS, não foi suficiente sequer para honrar a Folha de Pagamento dos funcionários. Em 2017 a entidade recebeu daquele órgão pouco mais do 8 milhões de reais, mas dispendeu só com salários e encargos sociais mais de 9 milhões. Também importante lembrar, que houve redução do número de funcionários nos últimos 5 anos, 2,4%, ou seja, há uma preocupação em não onerar este item, embora a demanda por serviços tenha aumentado como decorrência natural e direta do crescimento populacional, além da migração dos Planos de Saúde particulares para o SUS, fenômeno cuja origem pode ser atribuída a crise econômica, política e social que o país sofre a partir de 2014.

Número de funcionários em:

2013 – 515 – total de salários e encargos: R\$ 10.845.062,35

2014 – 514 – total de salários e encargos: R\$ 12.042.273,89

2015 – 512 – total de salários e encargos: R\$ 13.287.373,48

2016 - 504 – total de salários e encargos: R\$ 14.329.271,26

2017 - 312 – total de salários e encargos: R\$ 9.572.997,78 (*)

(*) Em novembro de 2017, findou-se o contrato com a Prefeitura de Mococa de Prestação de serviços na área de saúde (unidades básicas, média e alta complexidade e especialidades). Por isso a instituição foi obrigada a dispensar cerca de 180 colaboradores.

Receitas SUS

2013 – R\$ 5.824.563,54

2014 – R\$ 7.289.472,04

2015 – R\$ 6.582.268,43

2016 – R\$ 6.679.020,08

2017 – R\$ 8.408.099,63

Fica claro que a relação entre a Receita do SUS e o gasto com pessoal, para ficar só num item, é extremamente desigual.

Em relação as compras de material, medicamentos e serviços, é preciso considerar que a demanda em função do maior número de atendimentos, assim como os preços aumentaram, diferentemente como aponta índices oficiais. Por outro lado, nossas receitas não acompanharam, pois, a maior parte, como foi afirmado acima, está condicionada ao faturamento SUS, cuja tabela, reiteramos, não são reajustadas há anos. As entidades coirmãs que operam neste setor sofrem então por dois fatores básicos: baixa remuneração por serviços prestados e são invariavelmente reféns dos preços de mercado de medicamentos, materiais e serviços, com reduzidas margens de negociação.

Compras de materiais, medicamentos e serviços de 2013 – R\$ 4.015.945,55

Compras de materiais, medicamentos e serviços de 2014 – R\$ 4.817.023,18

Compras de materiais, medicamentos e serviços de 2015 – R\$ 5.454.060,49

Compras de materiais, medicamentos e serviços de 2016 - R\$ 5.481.112,53

Compras de materiais, medicamentos e serviços de 2017 - R\$ 6.040.144,22

Os pontos cruciais da administração, Folha de Pagamento e Aquisição de materiais, medicamentos e serviços estiveram, sob a ótica econômica e orçamentária, controlados, eliminando a hipótese de serem os sabotadores por resultado melhor. Entretanto, um fator que contribuiu para nosso desequilíbrio financeiro foi o Plano de Saúde da Santa Casa. Nos últimos anos, com decisões do governo em pró dos beneficiários, com ampliação de coberturas e direitos, além de sinistralidade alta, o Plano de Saúde passou a ser um fator de desequilíbrio, contrariando as expectativas de quando da sua criação.

Número

2- Poder Público

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa manteve com a Prefeitura de Mococa contratos de prestação de serviços nas áreas de Urgência, Média e Alta Complexidade e Unidades Básicas de Saúde durante muitos anos. No entanto, por decisão unânime do Conselho de Administração não participou do processo licitatório de novembro/2017, para continuidade dos serviços, em função da Prefeitura de Mococa, não reconhecer o decreto municipal emitido em maio/2017, dando a ela o status de Organização Social. Com o fim do contrato, a Santa Casa viu-se na contingência de demitir cerca de 180 funcionários, buscando recursos para honrar as rescisões trabalhistas, cujos valores, em função dos números de funcionários dispensados superou um milhão de reais. No entanto, apesar dos esforços, não conseguiu depositar os valores referentes as multas do FGTS. Em decorrência, a Santa Casa reservou-se o direito de buscar na Justiça os valores devidos pela Prefeitura, já que o próprio Tribunal de Contas do estado de São Paulo reconhece o dever do Executivo municipal no ressarcimento dos valores, conforme o contrato assinado entre as partes. A Prefeitura também deixou de repassar 85 mil reais por mês, a partir de maio/2017, deixando de cumprir o Termo de Repasse de Recursos – Subvenção Social nº 001/17, sob a alegação de irregularidade, malgrado nossos apelos, interesse e esforços no sentido que o Executivo municipal retomasse o repasse. Importante frisar, o ineditismo da decisão do governo, já que todas as Prefeituras ajudam suas Santas Casas, reconhecendo-as como fundamentais na execução das políticas públicas de Saúde.

3 - Plano de Trabalho para consolidar recuperação

Em maio de 2017, a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Mococa, conseguiu empréstimo junto ao BNDES, através da Agência Desenvolve SP, no valor de R\$ 5.146.764,00 (cinco milhões, cento e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta e quatro reais). As condições do empréstimo, 01 (um) ano de carência e 10 anos de amortizações, foi fator preponderante na busca pelo equilíbrio financeiro da instituição. Além disso, contribuiu para um resultado positivo a redução do estoque estratégico de materiais e medicamentos; o alongamento dos prazos de pagamentos; o aumento do repasse do SUS; (fruto do trabalho desta administração no convencimento do poder público municipal no reconhecimento da superação de metas acordadas); renegociação de valores e serviços com as Operadoras de serviço de saúde suplementar; redução do quadro de funcionários; congelamento dos valores dos plantões médicos; revisão de contratos com empresas com Plano de Saúde Santa Casa, com reajustes baseados na recuperação de prejuízos causados pela alta sinistralidade; revisão dos contratos de aluguel, contratação de auditoria para o Plano de Saúde, recuperação dos valores referente ao PIS. Para 2018, a ideia é dar continuidade a todos esses itens, com ênfase especial na recuperação do Plano de Saúde, com valores mais realistas e ampliação do leque de clientes.

Não obstante a todas as dificuldades econômicas, sociais e política a Irmandade da Santa Casa de Mococa mantém serviços de excelência em todos os setores, abarcando serviços de entidades similares que foram fechadas ou estão sob intervenção das cidades de Tapiratiba, Casa Branca e São Sebastião da Gramma. Está rigorosamente em dia com todos os encargos trabalhistas e impostos em nível estadual e federal.

Mococa, 31 de dezembro de 2018

Maria Eliza Jacob de Souza Jayme

Provedora

CPF: 168.321.618-08 / RG: 21.906.541-x

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016 (em Reais)

ATIVO		
CONTAS	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	6.245.313,26	5.198.772,52
Disponível	934.343,29	685.572,52
Realizável	5.310.969,97	4.513.200,00
Aplicações financeiras	1.811.723,45	1.672.663,56
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	1.808.748,70	1.672.663,56
Aplicações livres	2.974,75	0,00
Creditos Operações com planos de Assist. Saude	45.623,57	48.365,68
Contraprestações pecuniárias a receber	45.623,57	48.365,68
Creditos Operações com planos de Assistencia à Saúde		
não relacionados com planos da operadora	2.931.751,02	2.382.556,09
Bens e títulos a receber	521.871,93	409.614,67
NÃO CIRCULANTE	8.200.720,57	9.023.523,42
Realizável a longo prazo	17.921,80	428.911,11
Outros créditos a receber de longo prazo	0,00	403.980,00
Depósitos judiciais e fiscais	17.921,80	24.931,11
Investimentos	1.078,85	200,00
Outros investimentos	1.078,85	200,00
Imobilizado	8.181.719,92	8.594.412,31
Imoveis de uso hospitalares	6.529.621,88	6.799.341,21
Imobilizado de uso proprio hospitalares	679.202,18	810.075,05
Imobilizado de uso proprio não hospitalares	972.895,86	984.996,05
TOTAL DO ATIVO	14.446.033,83	14.222.295,94

PASSIVO	2017	2016
Circulante	5.825.608,43	8.478.049,45
Provisões técnicas de operações de assistência a Saude	2.237.146,07	2.532.936,55
Provisão de prêmios/ contraprestações	2.237.146,07	2.532.936,55
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PPCNG	425.192,42	412.648,21
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	63.051,05	69.197,43
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prest. serviços assistenciais	936.228,39	1.078.861,46
Provisão de eventos/sinistros ocorridos e não aivados - PEONA	812.328,46	972.229,45
Debitos de operações, assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	605.583,83	1.478.515,38
Tributos e encargos sociais a recolher	278.129,27	307.361,18
Empréstimos e Financiamentos	751.828,00	1.742.310,32
Debitos Diversos	1.952.921,26	2.416.926,02
Não circulante	5.370.232,15	3.200.247,11
Provisão para ações judiciais	225.437,87	213.096,76
Tributos e encargos sociais a recolher	265.145,28	483.293,25
Empréstimos e financiamentos	4.879.649,00	2.503.857,10
Patrimônio líquido	3.250.193,25	2.543.999,38
Patrimônio Social	2.543.999,38	0,00
Superavit acumulado	706.193,87	2.543.999,38
TOTAL DO PASSIVO	14.446.033,83	14.222.295,94

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016 (em Reais)

CONTAS	2017	2016
Contrapr. efetivas de planos de assistência à saúde	9.261.534,87	8.553.437,95
Receitas com operações de assistência à saúde	9.261.534,87	8.553.437,95
Contraprestações líquidas	9.261.534,87	8.553.437,95
Eventos indenizáveis líquidos	-7.914.663,77	-8.249.590,28
Eventos conhecidos ou avisados	-8.074.564,76	-8.096.628,03
Varição da prov. eventos ocorridos e não avisados	159.900,99	-152.962,25
Resultado operações com plans de assistência à saúde	1.346.871,10	303.847,67
Outras receitas operacionais de planos assist. Saúde	26.128,76	26.352,23
Receitas assist. à saúde ã relacionadas com Op. Plano	38.139.128,25	35.341.891,11
Receitas com op. Assistência medico-hospitalar	23.938.821,29	21.328.853,14
Receitas com op. Assistência medico-hospitalar-SUS	8.408.099,63	6.679.020,08
Outras receitas operacionais	5.792.207,33	7.334.017,89
Outras despesas op. Com planos de assistência à saúde	-422.483,86	-465.106,41
outras despesas op. planos de assistência saúde	-422.483,86	-465.106,41
Provisões para perdas s/ creditos Medico-hospitalar	-866.642,39	0,00
provisão s/ cred. Op. Assist. saúde ã relac. Operadora	-866.642,39	0,00
Outras despesas operacionais de assistência à saude não relacionadas com plano da operadora	-11.588.816,49	-12.739.418,90
Resultado Bruto	26.634.185,37	22.467.565,70
Despesas administrativas	-25.745.217,14	-26.963.038,77
Resultado financeiro líquido	-379.209,95	-723.690,91
Receitas financeiras	709.337,42	343.277,10
Despesas financeiras	-1.088.547,37	-1.066.968,01
Resultado Patrimonial	196.435,59	55.241,24
Receitas patrimoniais	196.435,59	55.241,24
Superavit/(déficits) do exercício	706.193,87	-5.163.922,74

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Exercício findos em 31 de dezembro			
	Patrimônio Social	Superávits acumulados	Total
salDOS em 1º de janeiro de 2016	0,00	7.707.922,12	7.707.922,12
Déficit do exercício	0,00	-5.163.922,74	-5.163.922,74
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	0,00	2.543.999,38	2.543.999,38
Transferencia de superávit acumulado	2.543.999,38	-2.543.999,38	0,00
Superávit do exercício	0,00	706.193,87	706.193,87
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.543.999,38	706.193,87	3.250.193,25
Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, portanto, não esta sendo apresentado a demonstração do resultado abrangente.			

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Método Direto		
DESCRIÇÃO DAS CONTAS	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de Planos Saúde	9.323.094,29	8.590.681,99
(+) Resgate de aplicações Financeiras	27.878.311,23	30.761.394,45
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	26.193,99	294.139,16
(+) Outros Recebimentos Operacionais	78.209.937,62	72.323.852,00
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço Saúde	-30.298.532,50	-28.774.234,52
(-) Pagamento de Pessoal	-12.126.913,66	-13.314.505,21
(-) Pagamento Erviço Terceiros	-621.994,78	-280.130,85
(-) Pagamentos de Tributos	-2.843.126,36	-3.640.368,96
(-) Aplicações Financeiras	-28.218.203,03	-29.483.632,18
(-) Outros Pagamentos Operacionais	-41.846.166,89	-37.036.856,00
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-517.400,09	-559.660,12
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	0,00	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Recebimentos - Empréstimo/Financiamento	5.406.764,00	1.821.637,46
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos	-616.650,84	-1.489.335,33
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos	-4.023.942,30	-800.418,53
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	766.170,86	-468.116,40
Caixa Líquido da Operadora no período	248.770,77	-1.027.776,52
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA (*)	248.770,77	-1.027.776,52
CAIXA - Saldo Inicial	685.572,52	1.713.349,27
CAIXA- saldo final	934.343,29	685.572,52
Ativos Livres no Início do período (**)	685.572,52	1.713.349,27
Ativos Livres no Final do Período (**)	934.343,29	685.572,52
Aumento/(diminuição) nas aplic. financ. - RECURSOS LIVRES	248.770,77	-1.027.776,52
* Refere-se ao total de Caixa ou Equivalente de Caixa (total do Disponível)		
** Refere-se ao saldo das contas "Caixa e Bancos Conta Depósito", mais o montante de aplicações financeiras não vinculadas às provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais, into é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate.		

Maria Eliza Jacob de Souza Jayme
Provedora
CPF: 168.321.618-08
RG: 21.906.541-X

Sebastiao Porcel
Técnico em Contabilidade
CRC ISP - 077.253/0-6
RG. 6.492.977

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOCOCA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDO EM DEZEMBRO DE 2017

1- CONTEXTO OPERACIONAL

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa, entidade civil de direito privado, filantrópica, de fins não lucrativos, fundada em 08 de dezembro de 1907, com sede e foro no município de Mococa, Estado de São Paulo. É reconhecida como entidade beneficente de assistência social pelo órgão Federal Competente. Além disso ela opera e administra plano de saúde próprio com objetivo a prestação de assistência médica e hospitalar e empresarial em conformidade com o órgão regulador Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) com registro sob nº 30800-5.

2 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A-) As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e, em especial a ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de Lucros e regulamentação complementada Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pronunciamentos, interpretações e orientações técnica emitidas pelo Comitê de Pronuncia-mentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela ANS. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através de Resolução Normativa - RN nº 390 de 2 de novembro de 2015.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercício apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Aplicações Financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos líquidos de IRRF auferidos até 31 de dezembro de 2016.

b) créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento, em contrapartida à conta de resultado "contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde"

A Irmandade constitui a provisão para créditos duvidosos de acordo com o item 9.2.3 do Capítulo I do Anexo da RN 290/2012, alterada pela RN 314/2012 e RN 390/2015 DIOPE da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos

4 -ATIVO IMOBILIZADO

o Ativo Imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente. As depreciações foram calculadas pelo método linear a taxa que levam a vida útil dos bens, as quais estão demonstradas em Nota Explicativa específica do imobilizado

5 -PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA À SAÚDE

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da ANS:

a- Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas - PPCNG, constituída conforme previsto na RN nº 314/12

b- Provisões para eventos a Liquidar, para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data base de apuração.

c-) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA, constituída com base na RN nº 160 da ANS e posteriores alterações.

6 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ativos contingente: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; Passivo contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais

7 -APURAÇÃO DO RESULTADO E RECONHECIMENTO DE INGRESSO/RECEITA

o resultado é apurado pelo regime contábil de competência inclui rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulante e não circulantes.

As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, nos contratos com preços pré-estabelecidos, nas operações de prestação de serviços de assistência a saúde, a apropriação da receita é registrada na data que se fizerem presentes os fatos geradores.

8 - RECONHECIMENTO DOS EVENTOS INDENIZÁVEIS

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das fatura apresentadas pela rede credenciada e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indireta por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

9 -DISPONÍVEL

A irmandade possui nas contas de caixa e bancos:

BANCOS	2017	%	2016
Caixa - Plano de Saúde	28.537,62	22,28	31.535,13
Caixa - Santa Casa	41.994,15	32,79	35.514,07
Banco do Brasil S/A	11.426,63	8,92	31.000,79
Banco Bradesco S/A	3,00	0,01	55,00
Banco Santander S/A	38.664,06	30,18	46.676,51
Caixa Econômica Federal	1.284,57	1,00	2.968,15
Sicredi - União PR/SP	6.172,13	4,82	83.454,43
Total Caixa e Bancos	128.082,16	100,00	231.204,08
Brasil - RF Simples	20.214,81	2,51	28.710,51
Bradesco - Invest. Fácil	388.350,89	48,16	215.061,50
Santander - Fica Classic	6.509,43	0,81	9.067,85
Caixa - FIC	6.461,88	0,80	201.528,58
Sicredi - Invest.	384.724,12	47,72	0,00
Total das Aplicações	806.261,13	100,00	454.368,44
TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	934.343,29		685.572,52

10 - APLICAÇÕES

A Irmandade possui aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas, quadro abaixo:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS GARANTIDORAS	MODALIDADE	2017	%	2016
Santander (ANS - Provisões)	INVEST. ANS RENDA FIXA	777.601,72	42,99	718.560,10
Banco do Brasil - (ANS - Provisões)	BB RF DEDICADO ANS	1.031.146,98	57,01	954.103,46
TOTAL		1.808.748,70	100	1.672.663,56

A Irmandade possui aplicação financeira não vinculadas a ANS, quadro abaixo:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS NÃO VINCULADAS À ANS	MODALIDADE	2017	%	2016
SICREDI	POUPANÇA	2.974,75	100,00	0,00
TOTAL		2.974,75	100,00	0,00

11 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Composição dos "Créditos de Operações de Assistência à Saúde" está representada pelas contas demonstradas a seguir:

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016
Contraprestações Pecuniárias (a)	267.355,18	224.169,94
(-) Provisão para Perdas sobre Créditos	-221.731,61	-175.804,26
Total de Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	45.623,57	48.365,68
Contas a Receber (b)	3.394.413,41	2.382.556,09
(-) Provisão para Perdas sobre Créditos	-462.662,39	0,00
Total de Créditos de Op. de Assist. à Saúde não Relacionadas com a Operadora	2.931.751,02	2.382.556,09
TOTAL	2.977.374,59	2.430.921,77

a) O Saldo da conta "Contraprestação Pecuniária a Receber" refere-se a valores a receber com planos de assistência à Saúde;

b) O saldo de "Contas a Receber" refere-se a valores de outros serviços prestados não relacionados com planos de Saúde.

Composição dos saldos por idade de vencimentos:

DESCRIÇÃO	CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA	
	2017	2016
A vencer	0,00	0,00
Vencidos até 30 dias	40.504,13	35.722,83
Vencidos de 32 a 60 dias	5.119,44	15.974,97
Vencidos de 61 a 90 dias	0,00	134.563,80
Vencidos acima de 90 dias	221.731,61	37.908,34
SALDO	267.355,18	224.169,94

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DA OPERADORA	
	2017	2016
A vencer	2.931.751,02	2.382.556,09
Vencidos até 30 dias		
Vencidos de 32 a 60 dias		
Vencidos de 61 a 90 dias		
Vencidos acima de 90 dias	462.662,39	0,00
SALDO	3.394.413,41	2.382.556,09

12 - BENS E TÍTULOS A RECEBER

Outros Valores e Bens estão compostos conforme abaixo:

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016
Estoques	457.369,61	328.111,19
Notas Promissórias (a)	37.346,54	22.872,90
Cheques a Receber de Pacientes (a)	9.993,89	55.819,11
Adiantamento de Salários (b)	0,00	800,00
Adiantamento ao Plano de Saúde (c)	9.927,44	0,00
Adiantamento de Mensalidades a Funcionários (d)	6.278,95	1.604,20
Adiantamento Mensalidade Seguro de Vida (d)	302,10	407,27
Adiantamento Mensalidades Uniodonto (d)	653,40	0,00
TOTAL	521.871,93	409.614,67

a) Notas Promissórias e Cheques a Receber de Pacientes, refere-se a valores a receber de contas hospitalares;

b) Adiantamento de Salários, refere-se a adiantamento funcionário;

c) Adiantamento ao Plano de Saúde refere-se a folha de pagamento do plano pago pelo hospital;

d) Adiantamento de Mensalidades de Funcionários, refere-se a mensalidade de Convênios do Plano de Saude, Uniodonto e Seguro de Vida, pagos pela Irmandade.

13 - ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO TÍTULOS E CREDITOS A RECEBER

CONTAS CONTÁBEIS	2.017	2.016
Outros Títulos a Receber - Santa Casa (a)	477.331,57	477.331,57
(-) Provisão para perdas sobre crédito (a)	-477.331,57	-73.351,57
Depositos Judiciais - Eventos e Sinistros	3.100,00	10.109,31
Depositos Judiciais - Trabalhistas - PSF	14.821,80	14.821,80
TOTAL	17.921,80	428.911,11

a) Outros Títulos a Receber refere-se a prestação de serviços são recebidos e provisionados como perdas.

14 - INVESTIMENTOS OUTROS INVESTIMENTOS

CONTAS CONTÁBEIS	2.017	2.016
Quotas - SICREDI	1.078,85	200,00
TOTAL	1.078,85	200,00

15 - IMOBILIZADO

a) Quadro resumo dos saldos					
CONTAS CONTÁBEIS	CUSTO CORRIGIDO	2017			2016
		DEPRECIACÃO ACUMULADA	RESIDUAL	RESIDUAL	
Terrenos	2.502.200,00	0,00	2.502.200,00	2.502.200,00	
Edificações	6.505.894,05	2.478.472,17	4.027.421,88	4.297.141,21	
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	2.385.148,54	1.705.946,36	679.202,18	810.075,05	
Máquinas e Equipamentos não Hospitalares	1.290.929,95	636.944,83	653.985,12	635.123,35	
Equip.Proc. Dados	304.333,66	229.999,60	74.334,06	77.035,74	
Moveis e Utensilios	524.166,93	279.590,25	244.576,68	272.836,96	
TOTAL DO IMOBILIZADO	13.512.673,13	6.505.894,05	8.181.719,92	8.594.412,31	

B) Quadro resumo de movimentações							
CONTAS CONTÁBEIS	taxa média de	2016			2017		
		Residual	Aquisições	Baixas	Transfêrencias	Deprecia-ção	Residual
Terrenos	-	2.502.200,00					2.502.200,00
Edificações	4%	4.297.141,21			-9.121,33	260.598,00	4.027.421,88
Máq. e Equip. Hospit.	10%	810.075,05	11.812,44	1.200,01		141.485,30	679.202,18
Máq. e Equip. não Hosp.	10%	635.123,35	114.377,38	2.706,40	-1.492,05	91.317,16	653.985,12
Equip.Proc. Dados	20%	77.035,74	11.530,94	1.630,00	3.709,98	16.312,60	74.334,06
Moveis e Utensilios	10%	272.836,96	3.790,00	477,61		31.572,67	244.576,68
TOTAL DO IMOBILIZADO		8.594.412,31	141.510,76	6.014,02	-6.903,40	541.285,73	8.181.719,92

Compreendido, predominantemente pela infraestrutura de instalações administrativas e computadores e periférico. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Continuação da página 11

16 - PROVISÕES TÉCNICAS

EVENTOS A LIQUIDAR	2017	2016
Contraprestação não ganha - PPCNG (a)	425.192,42	412.648,21
Provisão de Envetos a Liquidar para o SUS (b)	63.051,05	69.197,43
Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados - PEONA (-c)	812.674,21	972.229,45
Provisão de Eventos a Líquida a Outros Prestadores (d)	936.228,39	1.078.861,46
TOTAL	2.237.146,07	2.532.936,55

a) **Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha:** Caracteriza-se pelo registro do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

b) **Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS:** Refere-se ao valor cobrado pela ANS referente ao ressarcimento ao SUS, sendo o valor contabilizado pelo valor cobrado no momento do recebimento da conta médica e ajustado mensalmente pelo (%hc) informado no site da ANS.

c) **Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA):** Representa os eventos ocorridos e não avisados pela operadora, cujo o valor está lastreado por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

d) **Provisão de Eventos para Outros Prestadores:** Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos.

17 - DEBITOS DE OPERAÇÃO ASSIT. SAÚDE NÃO RELAC. AO PLANO DA OPERADORA

Prestadores de Serviços	2017	2016
Plantões Santa Casa	366.723,10	850.103,98
Repasso SUS	11,3	122,64
Repasso Convênios Diverso	-	9.910,86
Repasso Contratos Prefeitura	238.849,43	618.377,90
TOTAL	605.583,83	1.478.515,38

Referem-se a valores a pagar a médicos credenciados referente a atendimentos hospitalares não relacionados com o plano de saúde de da operadora.

18 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2017	2016
FGTS	79.568,60	112.475,46
FGTS à recolher parcelamento	67.696,56	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - funcionários	17.429,46	18.246,79
INSS - Retido de funcionários	50.834,82	80.861,67
Imposto de Renda Retido de Terceiros	17.487,87	30.897,09
Imposto sobre serviços - ISS Retido	4.644,51	8.269,84
Contribuição Social sobre Lucro - CSL Retido	8.297,69	11.473,61
COFINS - Retido	24.187,23	33.217,94
PIS - Retido	5.278,88	7.262,37
INSS - Retidos de Terceiros	2.703,65	4.656,41
TOTAL	278.129,27	307.361,18

19 - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

	2017	2016
Emprestimos Bancarios	-	-
Caixa Economica Federal - Consignado SUS	-	741.023,12
Banco Bradesco Consignado SUS	-	207.618,00
Banco do Brasil	-	293.669,16
BNEDS	487.965,00	-
Sicredi - União PR/SP - ATO COOPERATIVO	263.863,00	500.000,04
TOTAL DO CURTO PRAZO	751.828,00	1.742.310,32

20 - DÉBITOS DIVERSOS

CREDORES	2017	2016
Salários e Rescisões de empregados a Pagar	425.922,30	624.742,50
Fornecedores (a)	740.595,67	609.190,11
Outros Débitos (b)	150.439,68	189.717,20
Férias a Pagar (c)	635.963,61	993.276,21
TOTAL DO CURTO PRAZO	1.952.921,26	2.416.926,02

a) representa as obrigações da Irmandade com terceiros referente a aquisições de materiais e serviços

b) Representa os valores descontados dos colaboradores a serem repassados posteriormente

c) As férias a pagar dos colaboradores

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

21 - PROVISÕES

Provisões Para Ações Judiciais	2017	2016
Ações Cíveis	437,87	71.032,27
Ações trabalhista	225.000,00	142.064,49
TOTAL	225.437,87	213.096,76

Valor das ações com valor estimado de perda corrigido mensalmente a taxa de 1,00% (um por cento)

22 - TRIBÚTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Parcelamento de Tributos e Contribuições	2017	2016
FGTS a Recolher	265.145,28	483.293,25
TOTAL PARCELAMENTO FGTS NÃO CIRCULANTE	265.145,28	483.293,25

23 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Emprestimos Bancários	2017	2016
Banco Bradesco - consignado SUS	-	387.553,88
Caixa Econômica Federal - Consignado SUS	-	1.657.969,93
Sicredi - União PR/SP - ATO COOPERATIVO	-	458.333,29
BNDES	4.879.649,00	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE - EMPRÉSTIMOS	4.879.649,00	2.503.857,10

24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL

Capital Social/Patrimônio Social	2017	2016
Patrimônio Social	2.543.999,38	-
Lucros/Superavit	-	12.752.636,79
Deficitis Apurados	-	-10.208.637,41
Superavit do Exercício	706.193,87	-
TOTAL	3.250.193,25	2.543.999,38

25 - DEMONSTRAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS ISENTAS

A) Assalariados					
MÊS DE COMPETÊNCIA	BASE DE CALCULO	EMPREGA-DOR 20%	OUTROS 8,80%	2017	2016
Janeiro	980.674,97	196.134,99	86.299,40	282.434,39	277.378,39
fevereiro	944.289,33	188.857,87	83.097,46	271.955,33	267.247,14
Março	946.845,34	189.369,07	83.322,39	272.691,46	266.756,95
Abril	968.698,69	193.739,74	85.245,48	278.985,22	266.226,67
Mai	977.249,10	195.449,82	85.997,92	281.447,74	266.038,30
Junho	939.515,89	187.903,18	82.677,40	270.580,58	260.030,50
Julho	937.512,33	187.502,47	82.501,09	270.003,56	266.741,24
Agosto	919.592,61	183.918,52	80.924,15	264.842,67	265.885,27
Setembro	956.363,69	191.272,74	84.160,00	275.432,74	265.131,19
Outubro	990.506,90	198.101,38	87.164,61	285.265,99	304.644,67
Novembro	1.229.277,57	245.855,51	108.176,43	354.031,94	275.362,52
Dezembro	661.219,96	132.243,99	58.187,36	190.431,35	271.194,95
13º salário	643.856,09	128.771,22	56.659,34	185.430,56	266.227,39
Total	12.095.602,47	2.419.120,50	1.064.413,03	3.483.533,53	3.518.865,18

B) Autônomos				
MÊS DE COMPETÊNCIA	Base de Cáculo	2017	2016	
		20%	20%	
Janeiro	37.012,55	7.402,51	9.741,09	
fevereiro	51.707,35	10.341,47	9.616,78	
Março	40.437,20	8.087,44	9.858,14	
Abril	44.411,35	8.882,27	3.934,52	
Mai	41.205,50	8.241,10	5.523,55	
Junho	46.937,80	9.387,56	5.739,25	
Julho	15.243,85	3.048,77	5.606,36	
Agosto	35.223,55	7.044,71	5.078,98	
Setembro	29.217,20	5.843,44	4.828,27	
Outubro	32.855,10	6.571,02	6.112,85	
Novembro	42.376,80	8.475,36	4.688,21	
Dezembro	13.518,25	2.703,65	4.404,84	
Total	430.146,50	86.029,30	75.132,84	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa
Mococa SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos comentados no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as Demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras Imobilizado

Os controles físico e financeiro dos bens do ativo imobilizado, no valor de R\$ 8.181.720, conforme nota explicativa 9, não são satisfatórios e é objeto de levantamentos por parte da Entidade, que visa à implantação de um adequado controle do custo histórico e da depreciação acumulada, bem como determinar o valor residual final e a vida útil remanescente dos bens, conforme as atuais práticas contábeis brasileiras.

Consequentemente, não foi possível concluir, e não concluímos, sobre a necessidade de ajustes sobre o saldo do imobilizado e seus reflexos no patrimônio líquido e no resultado do exercício findo naquela data.

Provisão de prêmio/contraprestação não ganha – PPCNG

Pelo fato de não termos obtido as evidências necessárias de controle que assegurassem os saldos da rubrica de provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PPCNG, do grupo de provisões técnicas de operações de assistência à saúde, registrados no passivo circulante, no montante líquido de R\$ 425.192, conforme nota explicativa 10, e nem mesmo pela aplicação de testes alternativos, não foi possível concluímos sobre o referido saldo em 31 de dezembro de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Cancelamento de registro de operadora

Conforme descrito na nota explicativa 23, a Entidade recebeu Ofício da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), notificando que devido a desconformidades econômico-financeiras consideradas graves, suspenderia com o trâmite para a alienação compulsória da carteira de benefícios e posterior cancelamento do registro da operadora. Foi apresentado plano de saneamento das desconformidades ao órgão regulador, porém até a presente data não houve manifestação por parte da ANS. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Entidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 14 de março de 2017 sem ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(ii) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

(iii) avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

(iv) concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras, caso venham a existir, podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

(v) avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 16 de fevereiro de 2018.

Inoveaud Auditores Independentes

CRC 2SP033908/O-3

Júlio César de Souza Nunes

Contador CRC 1SP186234/O-2

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado nº 870 – salas 205 e 208 - Shopping Iguatemi Torre Empresarial - Ribeirão Preto SP – CEP 14027-250 Tel. (16) 3636-8915 / 3904-3778

www.inoveaud.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MOCOCA abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame do relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 aprovadas em Reunião da Diretoria e do conselho de Administração, e, com base nos exames efetuados, nos demais esclarecimentos prestados pelos representante da Irmandade, considerando ainda o parecer sem ressalva dos Auditores Independente **Inoveaud Auditores Independentes**, datado de 16 de fevereiro de 2018, concluíram que os documentos apresentados, e todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e, em condições de serem submetidos à deliberação da Irmandade na Assembleia Geral Ordinária.

Mococa, 19 de março de 2018

Antônio Dos Reis Porto, Benedito Carlos Lopes Burrone e Pe. Celso Abreu de Jesus

Maria Eliza Jacob de Souza Jayme

Provedora

CPF: 168.321.618-08

RG: 21.906.541-X

Sebastião Porcel

Técnico em Contabilidade

CRC 1SP-077.253/0-6

RG. 6.492.977